

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas de
Vila Nova da Barquinha

2014
2015

Área Territorial de Inspeção
do Sul

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	ES
Escola Básica e Secundária D. Maria II, Vila Nova da Barquinha			•	•	•
Jardim de Infância de Atalaia, Vila Nova da Barquinha	•				
Jardim de Infância da Moita do Norte, Vila Nova da Barquinha	•				
Jardim de Infância de Tancos, Vila Nova da Barquinha	•				
Jardim de Infância de Vila Nova da Barquinha	•				
Escola Básica da Praia do Ribatejo, Vila Nova da Barquinha	•	•			
Escola Básica de Vila Nova da Barquinha		•			

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do [Agrupamento de Escolas de Vila Nova da Barquinha](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 19 e 22 de janeiro de 2015. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, o Jardim de Infância da Moita do Norte e as escolas básicas de Vila Nova da Barquinha e da Praia do Ribatejo, esta com jardim de infância.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento apresentado no âmbito da [Avaliação Externa das Escolas 2014-2015](#) está disponível na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Vila Nova da Barquinha, constituído no ano letivo de 2010-2011, em resultado da fusão dos agrupamentos de escolas D. Maria II e da Praia do Ribatejo, integra todos os estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho. Oferece a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário e tem a sua sede na Escola Básica e Secundária D. Maria II. Os dois anteriores agrupamentos foram avaliados em 2009, no âmbito do programa de avaliação externa das escolas.

No presente ano letivo, a população escolar totaliza 878 crianças e alunos: 145 da educação pré-escolar (sete grupos); 246 do 1.º ciclo do ensino básico (11 turmas); 130 do 2.º ciclo (seis turmas, sendo uma com percursos curriculares alternativos); 233 do 3.º ciclo (11 turmas, três das quais com percursos curriculares alternativos); 80 dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (três turmas); 38 dos cursos profissionais (duas turmas) e seis do ensino recorrente (uma turma, em regime não presencial).

No que respeita aos dados relativos ao contexto sociocultural dos alunos, cinco (0,7%) são estrangeiros e 475 (64,8%) não beneficiam dos auxílios económicos da Ação Social Escolar; possuem computador e ligação à internet 68% dos alunos do ensino básico e 77% dos do ensino secundário. Relativamente às habilitações académicas e ocupação profissional dos pais e encarregados de educação dos alunos, 47% dos do ensino básico e 50% dos do ensino secundário detêm formação secundária ou superior; exercem atividades de nível superior e intermédio 22,3% e 32,9%, respetivamente.

Em termos de recursos humanos, o Agrupamento conta com 103 docentes, dos quais 90% pertencem aos quadros e 95% exercem funções há 10 ou mais anos, o que evidencia uma elevada estabilidade e experiência profissional. Quanto aos 60 trabalhadores não docentes, 60% têm 10 ou mais anos de serviço. Acrescem 12 elementos no âmbito do Programa Contrato Emprego-Inserção.

No ano letivo de 2012-2013, para o qual há referentes disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, os valores das variáveis de contexto do Agrupamento, comparados com os das outras escolas públicas, situam-se, na generalidade, acima ou próximo da mediana no que se refere ao número de anos de habilitação dos pais e das mães, à percentagem de alunos que não beneficiam da Ação Social Escolar e à percentagem de docentes do quadro. Estes dados apontam para variáveis de contexto bastante favoráveis.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Os resultados académicos dos alunos são analisados pelos diferentes órgãos de direção, administração e gestão e pelas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. Decorrem desta análise as medidas de promoção do sucesso escolar implementadas, nomeadamente apoios educativos, salas de estudo e tutorias. Contudo, o Agrupamento tem dificuldade em identificar os fatores explicativos dos resultados dos alunos, intrínsecos ao processo de ensino e de aprendizagem, o que limita a eficácia das medidas implementadas tendo em vista a sua melhoria.

Na educação pré-escolar, as educadoras recolhem dados relativos à evolução das aprendizagens das crianças, utilizando instrumentos de registo comuns. Todavia, não são evidentes práticas de reflexão conjunta com implicações significativas no planeamento e na ação educativa.

A análise realizada, com base nos modelos para comparação estatística dos resultados académicos, permite-nos concluir que, no triénio de 2010-2011 a 2012-2013, existe grande disparidade entre os resultados do ensino básico e os do ensino secundário, apresentando-se os primeiros genericamente aquém dos valores esperados, enquanto os segundos se situam, globalmente, acima do esperado. Refira-se, contudo, que o número de alunos deste nível de ensino no Agrupamento e, em particular, dos que realizaram exames, é muito reduzido, fator que foi tido em conta na referida análise. Regista-se também uma oscilação nos resultados do ensino básico, já que em 2010-2011 estes se situaram genericamente aquém dos valores esperados, no ano letivo seguinte posicionaram-se globalmente acima do esperado e em 2012-2013 voltaram a ficar aquém daqueles valores, na maioria dos indicadores.

No ano letivo de 2012-2013, a taxa de conclusão do 6.º ano de escolaridade situou-se acima do esperado, o que já havia acontecido nos dois anos letivos anteriores, o que é de relevar, pois é o único indicador que apresenta consistência no triénio. Por outro lado, as taxas de conclusão do 4.º ano e a do 9.º oscilaram nos três anos letivos em análise, tendo ficado aquém do esperado em 2012-2013 e em 2010-2011, mas acima em 2011-2012.

Nas provas de avaliação externa regista-se igualmente uma descida, especialmente na disciplina de português que, em 2012-2013, apenas o 9.º ano apresenta valores em linha com o esperado; já os resultados dos alunos do 4.º e do 6.º ano posicionaram-se aquém. Pelo contrário, em matemática, é no 9.º ano que os resultados se afastam mais do esperado, ficando muito aquém daquele valor. O 4.º ano e o 6.º registam valores em linha com o esperado, o que é de sublinhar dada a evolução observada ao longo do triénio.

No 12.º ano, os resultados situam-se acima do esperado em todos os indicadores em análise, nos anos letivos de 2012-2013 e de 2011-2012, o que indicia uma tendência de melhoria, já que em 2010-2011 apenas a média no exame de português estava em linha com o esperado, enquanto os exames de matemática A e de história A, bem como a taxa de conclusão daquele ano de escolaridade, registavam valores aquém do esperado. Sublinha-se a evolução dos resultados de português, que em 2012-2013 superam o valor esperado.

Em síntese, os resultados observados estão predominantemente aquém dos valores esperados, quando comparados com os das escolas de contexto análogo. Sendo os valores das variáveis do contexto bastante favoráveis, estes resultados indiciam pouca eficácia das ações implementadas tendo em vista a qualidade das aprendizagens e a melhoria do sucesso.

No que diz respeito aos cursos profissionais cujo ciclo de formação se desenvolveu no triénio de 2010-2011 a 2012-2013 (dois cursos de Técnico de Informática de Gestão), constata-se uma melhoria na taxa de conclusão. Assim, dos 19 alunos que iniciaram o curso em 2008-2009, apenas nove (47,4%) o concluíram em 2011, enquanto dos 10 que ingressaram no ano letivo seguinte, sete (70%) completaram o ciclo de formação em 2012.

As taxas de abandono escolar apresentaram valores residuais no triénio de 2010-2011 a 2012-2013 (0,4%; 1% e 0,2%, respetivamente), em resultado das estratégias implementadas.

RESULTADOS SOCIAIS

A dinamização de projetos e atividades, transversais a todos os níveis de educação e ensino, no âmbito dos programas Educação para a Saúde (diversas iniciativas desenvolvidas nos dias da Alimentação, do Doente, ou a *Caminhada pelo Coração*) e Eco-Escolas (recolha de resíduos para reciclagem, participação

em concursos e elaboração de trabalhos de pesquisa sobre temáticas na área da biodiversidade) fomenta hábitos de vida saudáveis e a responsabilização pela preservação e conservação do meio ambiente. De forma a promover o desenvolvimento de atitudes e valores solidários, realizam-se ações de cariz social (Dia Nacional do Pijama, recolha de roupas e de alimentos ou visitas ao lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia, por exemplo).

Um ponto forte identificado na avaliação externa anteriormente realizada num dos agrupamentos era “o envolvimento e a responsabilização dos alunos por algumas atividades que promovem o espírito de cidadania e reforçam a sua identificação com o Agrupamento”, por outro lado, o projeto educativo atualmente em vigor preconiza a *formação de indivíduos responsáveis, autónomos, cidadãos conscientes e participativos*. Nesse sentido, os alunos estão representados no conselho geral, na equipa de autoavaliação e nos conselhos de turma e estão em curso iniciativas com esta finalidade, como sejam a intensificação da abordagem de temáticas que contribuem para o desenvolvimento pessoal e social, desde a educação pré-escolar, e a oferta complementar de educação para a cidadania no 2.º ciclo, o que é de assinalar.

No entanto, ainda que os alunos tenham oportunidade de debater, junto dos respetivos diretores de turma, aspetos relacionados com o funcionamento das escolas, não se recolheram evidências de iniciativas regulares e concertadas que promovam a sua efetiva participação na vida do Agrupamento. Sublinha-se, ainda assim, a reativação da associação de estudantes que tem vindo a realizar algumas ações de cariz recreativo e solidário.

A divulgação e o debate com os alunos sobre os seus direitos e deveres, constantes do regulamento interno, a definição de regras de conduta em cada turma e a criação da *Sala de Acompanhamento Pedagógico* e do *Gabinete de Apoio ao Aluno* são estratégias que promovem o respeito pelos outros e fomentam atitudes adequadas. Contudo, subsistem alguns comportamentos desajustados, tanto fora como dentro da sala de aula, o que não contribui para a existência de um ambiente calmo e de respeito, propiciador das aprendizagens.

No triénio de 2010-2011 a 2012-2013, foi aplicada a medida disciplinar sancionatória de repreensão registada a seis alunos e a de suspensão a 47. A generalidade dos entrevistados considera que a preponderância da aplicação de medidas corretivas em detrimento da instauração de procedimentos disciplinares tem contribuído para o agravamento dos casos de indisciplina e para o aumento das reincidências. Assim, a necessidade de concertar estratégias tendo em vista a melhoria dos comportamentos dos alunos apresenta-se como uma área a intensificar.

O Agrupamento conhece, ainda que informalmente, o percurso dos alunos após a conclusão do ensino secundário, o que lhe permite dispor de alguns dados sobre o impacto das aprendizagens.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

A qualidade dos espaços físicos da generalidade dos estabelecimentos de educação e ensino e a diversificação da oferta formativa, correspondendo às expectativas dos alunos e das famílias, bem como a realização de parcerias e protocolos com entidades locais, em especial com a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, são aspetos que contribuem para a fixação dos alunos e para a projeção da imagem do Agrupamento. No entanto, a comunidade educativa, auscultada, no âmbito da presente avaliação externa, através da aplicação de questionários e de entrevistas, não é unânime quanto ao grau de satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido.

Os pais e encarregados de educação das crianças que frequentam os jardins de infância apresentam níveis de satisfação muito elevados em todos os aspetos do respetivo funcionamento. No que respeita aos dos alunos dos ensinos básico e secundário, estão globalmente satisfeitos, exceto no que se refere aos níveis de indisciplina e à forma como são resolvidos os incidentes disciplinares, particularmente na

escola-sede. Embora reconheçam que alguns alunos não usufruem de um adequado acompanhamento familiar, consideram que nem todos os docentes têm o mesmo nível de exigência, opinião corroborada por alunos, docentes e não docentes. As questões relativas ao comportamento dos alunos são, também, as que reúnem um grau de discordância mais elevado por parte dos trabalhadores.

Aspeto que merece ser sublinhado é o envolvimento dos pais na vida da escola, sendo promovida a sua colaboração através da realização de eventos abertos à comunidade, com destaque para a *Feira d'Outono*, que envolve todo o Agrupamento, e para a participação em atividades curriculares, em especial nos jardins de infância. As associações de pais e encarregados de educação colaboram ativamente na concretização de eventos (*colóquios, Festa de Natal, Cantar dos Reis e Carnaval*, por exemplo), na organização da componente de apoio à família e em atividades de ocupação de tempos livres.

O trabalho das crianças e dos alunos é valorizado através da realização de exposições nas várias unidades educativas, bem como da distinção dos alunos dos ensinos básico e secundário que apresentam melhores resultados académicos ou se distinguem pelos seus comportamentos e atitudes. Estão instituídos quadros de excelência, de honra, de valor e de mérito, cujos prémios são entregues em cerimónia pública, o que contribui também para a valorização dos bons desempenhos. Com o mesmo objetivo, é de referir a atribuição de um prémio pecuniário, pelo Rotary Club do Entroncamento, ao melhor aluno do ensino secundário.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A conceção do planeamento das atividades letivas e não letivas é da responsabilidade dos departamentos (no caso da educação pré-escolar), dos *conselhos de ano* (no 1.º ciclo) e de *área disciplinar* (2.º, 3.º ciclo e ensino secundário), cuja dinâmica é facilitada pela existência de tempos comuns para o desenvolvimento do trabalho colaborativo.

Estando a *dificuldade na articulação vertical entre os vários ciclos e escolas do Agrupamento*, devidamente identificada no projeto educativo como uma fragilidade, foram delineadas estratégias com vista à sua superação que passam, entre outras, pela criação de *conselhos de articulação*. As reuniões realizadas por estes grupos de trabalho, apesar de relevantes ao nível da transmissão de informações sobre os perfis de saída dos alunos no final de cada ciclo, ainda não se revelaram eficazes no que concerne à gestão vertical do currículo nem para uma reflexão mais aprofundada em torno das práticas docentes, de modo a constituir um impacto positivo na melhoria dos resultados, podendo considerar-se que não houve a evolução que se perspetivava face ao que havia sido assinalado num dos relatórios da anterior avaliação externa (“O trabalho iniciado de articulação vertical da gestão do currículo, que permitiu a identificação das áreas a serem mais trabalhadas no nível ou ciclo anterior ou aprofundadas em ciclos posteriores”).

Os planos de trabalho dos grupos/turmas apresentam uma estrutura comum e compilam informação útil sobre o perfil e o percurso das crianças e dos alunos, apresentando também as planificações por disciplina/área curricular. No entanto, não se revelam instrumentos de gestão pedagógica diferenciada em função das especificidades das crianças e dos alunos que integram o grupo/turma.

Apesar de terem sido recolhidas evidências de algumas iniciativas pontuais de articulação horizontal, em todos os níveis de educação e ensino, os documentos de planeamento, designadamente os planos de trabalho de turma e o plano anual de atividades, não identificam conteúdos programáticos a articular, nem as respetivas ações a desenvolver nas diversas disciplinas. Esta é, pois, uma matéria que merece reflexão e consolidação com vista à assunção da interdisciplinaridade enquanto recurso metodológico de apoio ao processo de aprendizagem.

Da mesma forma, não é realizado um trabalho articulado entre os técnicos responsáveis pelas atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo e os respetivos departamentos curriculares, nem há evidências da articulação com os docentes titulares de turma, o que limita a eficácia do trabalho desenvolvido por estes técnicos e inviabiliza a sequencialidade das aprendizagens, revelando que não foi superado o ponto fraco apontado, neste âmbito, num dos relatórios de avaliação externa.

O plano anual prevê a realização de atividades transversais a todos os níveis de educação e ensino como a comemoração de efemérides, o desenvolvimento de projetos que envolvem as crianças da educação pré-escolar e os alunos dos cursos profissionais e iniciativas dinamizadas pelas bibliotecas escolares, que promovem a equidade nas condições de acesso ao conhecimento. Estão também planificadas algumas ações no âmbito da contextualização do currículo, como a *Comemoração dos 500 anos do foral da Atalaia*, as visitas de estudo ao lagar de azeite das Limeiras e ao património edificado, ou o trabalho sobre *A lenda do Castelo de Almourol*, enquadradas nas áreas do conhecimento do mundo, do estudo do meio ou da disciplina de história. No entanto, as metas e os indicadores definidos não permitem uma avaliação objetiva do impacto dessas iniciativas na melhoria da qualidade das aprendizagens.

PRÁTICAS DE ENSINO

As planificações de médio e longo prazo são muito genéricas, elaboradas em conjunto pelas educadoras, no caso da educação pré-escolar, e por grupo de ano de escolaridade nos ensinos básico e secundário. Embora apresentando os objetivos a atingir, noutros casos os conteúdos a abordar e as atividades a implementar, não apresentam estratégias direcionadas para as crianças e os alunos com mais dificuldades nem para aqueles que revelam elevadas potencialidades, estando assim omissa a referência a práticas de ensino diferenciado. As medidas de promoção do sucesso escolar, designadamente as coadjuvações em sala de aula, são operacionalizadas sob a égide da diferenciação pedagógica. No entanto, as evidências recolhidas demonstram que esta é uma área que carece de generalização e de consolidação, de modo a produzir efetivos impactos na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos.

No que toca aos alunos com necessidades educativas especiais, o fomento da inclusão é uma das pedras angulares do atual projeto educativo. De forma a agilizar os processos de articulação e de acompanhamento dos apoios prestados, foi constituído o *grupo de educação especial*, cujo coordenador integra o conselho pedagógico. As parcerias estabelecidas com o Centro de Recuperação Infantil Torrejano, o Centro de Ensino e Reabilitação do Entroncamento e com o Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha têm sido uma mais-valia, disponibilizando os recursos necessários para a adequação das respostas educativas às crianças e alunos e respetivas famílias.

A monitorização da eficácia dos programas educativos individuais é realizada, no sentido de avaliar a adequação dos apoios prestados aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, sendo redefinidas estratégias, sempre que tal se revela indispensável. As taxas de sucesso destes alunos evidenciam alguma consistência (87%, 90% e 91%) no triénio de 2010-2011 a 2012-2013, sendo contudo um aspeto que merece reforço e trabalho continuado. Sublinha-se que estes alunos estão integrados nos grupos equipa do Desporto Escolar e que o plano anual de atividades privilegia a inserção social e a educação inclusiva, havendo espaço para a dinamização de iniciativas que promovem aprendizagens funcionais em domínios diversificados.

São também desenvolvidas algumas ações de sensibilização da comunidade escolar para as problemáticas específicas no âmbito da educação especial, sendo de relevar a realização do *Colóquio – I Encontro de Educação Inclusiva*, que decorreu no primeiro período do presente ano letivo.

A dimensão artística concretiza-se ao nível do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, com a disciplina de oficina de teatro, como oferta de escola no 7.º ano e com a realização de ações, constantes do plano anual. No entanto, tendo o projeto educativo como lema *Ver, Viver, Sentir Arte e Ciência*, esta é uma área que poderá merecer maior atenção.

O Agrupamento integra no seu parque escolar a Escola Básica de Vila Nova da Barquinha, conhecida junto da comunidade como Escola Ciência Viva. Trata-se de um projeto inovador que resultou de uma parceria entre o Município, o Ministério da Educação e Ciência e a Universidade de Aveiro, encontrando-se sediado nas suas instalações um Centro Integrado de Educação em Ciências, aberto à comunidade.

Este Centro tem uma personalidade própria e ancora os seus conteúdos na realidade local, estruturando o projeto educativo. As práticas na educação pré-escolar e no 1.º ciclo pressupõem o envolvimento das crianças e dos alunos com a ciência e com os fenómenos científicos, com vista à promoção da literacia científica ao longo da vida, estando técnicos especializados, colocados no âmbito das parcerias estabelecidas, alocados ao projeto. Apesar dos recursos existentes, nem sempre as temáticas abordadas nos laboratórios se relacionam com os conteúdos curriculares e nem todos os docentes se apropriaram do projeto com o mesmo rigor e intencionalidade estratégica, o que tem vindo a limitar a efetiva concretização dos objetivos a que este se propõe.

De igual modo, a sequencialidade das aquisições em termos de literacia científica não está convenientemente assegurada e, na transição para a escola-sede, os alunos ressentem-se da considerável diminuição da atividade laboratorial. Nos níveis de ensino subsequentes, o recurso a metodologias ativas e experimentais ocorre, fundamentalmente, nas disciplinas curriculares específicas ou no âmbito de iniciativas levadas a cabo pelo departamento de matemática e ciências experimentais. No entanto, os constrangimentos decorrentes da inexistência, até ao início do presente ano letivo, de materiais nos laboratórios de física, química e biologia, têm vindo a limitar o adequado desenvolvimento de atividades laboratoriais, o que penalizou, sobretudo, os alunos do ensino secundário.

As bibliotecas têm um papel relevante enquanto recurso para o trabalho letivo através da dinamização de iniciativas transversais a todos os níveis de educação e ensino. Salientam-se projetos e atividades como *Sexta-feira 13 na Biblioteca*, *Maletas itinerantes*, *Semana da leitura*, as visitas dos alunos às bibliotecas municipais, os encontros com escritores e as horas do conto. Contudo, a formação dos alunos enquanto utilizadores da biblioteca é um aspeto que carece de investimento por parte dos responsáveis.

A utilização dos recursos tecnológicos disponíveis não está ainda devidamente generalizada nem estes são potenciados enquanto ferramentas pedagógicas de apoio às aprendizagens.

O acompanhamento da prática letiva processa-se em contexto de departamento curricular e de *área disciplinar*, cingindo-se ao balanço do cumprimento das planificações, nomeadamente em termos dos conteúdos não lecionados em cada uma das disciplinas, e da análise dos resultados escolares. No entanto, a não existência de práticas institucionalizadas de supervisão das atividades letivas em contexto de sala de aula/atividades compromete a monitorização da eficácia do planeamento individual em termos do sucesso académico e como estratégia de desenvolvimento profissional docente.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Ao nível da diversificação das formas de avaliação, constatam-se práticas de avaliação diagnóstica e sumativa, planificadas nas reuniões de *conselho de ano*, no 1.º ciclo, e de *área disciplinar*, nos restantes níveis de ensino, que assentam na aplicação de testes elaborados com base em matrizes comuns. A

avaliação formativa, enquanto modalidade preferencialmente geradora de informação de retorno e reguladora do processo de ensino e de aprendizagem, carece de sistematicidade para garantir uma efetiva monitorização do currículo e das práticas letivas. Por seu turno, a autoavaliação e a heteroavaliação, embora entendidas como elementos relevantes para a autorregulação da aprendizagem dos alunos, não são ainda práticas comuns a todos os níveis/ciclos de ensino nem a todas as disciplinas e a sua realização restringe-se ao final cada período, limitando, dessa forma o envolvimento continuado dos alunos no seu processo avaliativo.

Na educação pré-escolar, está generalizado o uso de documentos de registo de observação, o que simplifica a identificação das potencialidades das crianças e a sistematização da informação transmitida aos pais e encarregados de educação. Contudo, não se recolheram evidências do seu impacto no planeamento das atividades em função das características do grupo e de cada criança.

Estão definidos critérios de avaliação, que são devidamente divulgados junto dos alunos e dos respetivos encarregados de educação, tal como está prevista a utilização de instrumentos de avaliação diversificados que permitem avaliar os domínios dos conhecimentos, das atitudes e valores e das capacidades. No sentido de garantir a fiabilidade da avaliação, o Agrupamento aderiu aos testes intermédios e alguns *conselhos de ano* elaboram em conjunto os testes e os respetivos critérios de correção. O trabalho colaborativo a este nível carece, todavia, de sistematização e de generalização, podendo as práticas de aferição ser alargadas à correção conjunta dos testes, com vista, entre outros aspetos, a facilitar a delimitação de causas do insucesso intrínsecas aos processos de ensino e de aprendizagem.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

Os documentos de orientação educativa apresentam-se como referenciais estratégicos, estão articulados e são coerentes com os objetivos do projeto educativo, que destaca a promoção da literacia científica e do gosto pelas artes como marca identitária do Agrupamento e do concelho em que está inserido. As atividades do plano anual estão organizadas de forma integrada, de acordo com os objetivos estratégicos e operacionais, pelo que se considera ultrapassado um dos pontos fracos identificados em 2009 – “insuficiente coerência interna entre os documentos estruturantes”. Contudo, apesar do projeto educativo prever diversos momentos e formas para a avaliação do grau de consecução dos seus objetivos, a maioria dos indicadores tem por referência a quantidade de iniciativas e não a verificação do seu impacto na ação educativa. Fica, assim, comprometida uma monitorização efetiva do trabalho desenvolvido, que permita a identificação clara e inequívoca das ações que contribuem para a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado.

Por outro lado, um dos pontos fortes assinalados numa das anteriores avaliações externas foi “a visão estratégica das lideranças de topo potencia o desenvolvimento da organização”. Porém, a direção e o conselho geral têm sofrido alguma instabilidade na sua constituição e as relações entre estes, em particular entre alguns dos elementos que integram este órgão e a diretora, têm-se caracterizado por alguma dissonância de opiniões. Acresce que as lideranças intermédias são pouco pró-ativas, não assumindo, claramente, as suas responsabilidades específicas na tomada de decisões de âmbito pedagógico e organizacional, que contribuam para a melhoria da prestação do serviço educativo e dos

resultados dos alunos. Ainda assim, as relações interpessoais entre a generalidade dos elementos da comunidade escolar pautam-se pela cordialidade.

O estabelecimento de parcerias tem contribuído para dinamizar iniciativas que contribuem de forma positiva para a ação desenvolvida. São de referir as estabelecidas com o Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha, no âmbito do Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual, com a Tagus Valley e com a NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, no desenvolvimento de projetos de empreendedorismo, com o Instituto Lev Vygotsky, no apoio a alunos com necessidades educativas especiais e com o Instituto Politécnico de Tomar, na realização de atividades com alunos do ensino secundário, entre outras.

GESTÃO

A gestão dos recursos humanos tem em consideração os perfis profissionais dos docentes e demais trabalhadores. É privilegiada a continuidade na constituição das equipas pedagógicas e na atribuição das direções de turma, em cumprimento dos critérios definidos, tarefa facilitada pela estabilidade do corpo docente. No que toca ao pessoal não docente, de um modo geral, é privilegiada a rotatividade ao nível das funções a exercer e entre as diferentes unidades educativas, quando necessário. No caso específico dos assistentes técnicos, não tendo sido adotado este critério, foi assegurado o conhecimento, por todos, das diversas áreas, estando garantido o cumprimento de tarefas em caso de ausência de algum profissional.

A necessidade de facilitar a realização de trabalho cooperativo está subjacente à distribuição de serviço docente, realçando-se a existência de tempos comuns nos horários de algumas equipas pedagógicas, nomeadamente nos grupos onde são mais elevadas as taxas de insucesso.

A formação de professores e o reforço da investigação científica são assumidos como prioridade do Agrupamento. Neste âmbito, são seus parceiros o Centro de Formação A23 e a Universidade de Aveiro, enquanto entidades que prestam formação contínua. Por seu turno, a equipa do Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual integra propostas de sessões de formação no plano anual de atividades. No entanto, este é um domínio a reforçar, com vista à inovação e à melhoria dos desempenhos. A partilha e a replicação sistemáticas da formação realizada, sobretudo no âmbito dos processos de ensino e de aprendizagem, através de ações internas, poderia potenciar o seu impacto nas práticas dos docentes e, conseqüentemente, na melhoria dos resultados académicos.

Tendo sido identificada a falta de eficácia na comunicação interna e externa, foi recentemente encetada uma estratégia de melhoria dos circuitos, que passa, entre outras, pela dinamização de um *Gabinete de Comunicação e Imagem*. As medidas já levadas a cabo por este gabinete pautam-se por princípios de rapidez, simplicidade e transparência e têm trazido alguns impactos positivos à criação de um clima de confiança e à divulgação de informações úteis à comunidade educativa.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

A reflexão sobre os resultados académicos e a avaliação do grau de consecução das iniciativas desenvolvidas no âmbito do plano anual de atividades são práticas instituídas no Agrupamento. Contudo, a autoavaliação não é ainda uma estratégia contínua e sistemática de suporte à tomada de decisões pedagógicas e organizacionais, o que é assumido por todos os responsáveis. O processo de autoavaliação iniciado num dos agrupamentos prosseguiu com a atual constituição e deu origem a um relatório, divulgado à comunidade educativa, e à implementação de planos de melhoria no domínio da comunicação interna e externa e da recolha e tratamento de dados. Porém, não foi dada continuidade ao trabalho realizado e a experiência colhida anteriormente teve reflexos pouco significativos nas dinâmicas instituídas.

Assim, só muito recentemente foi constituída uma equipa responsável pela autoavaliação, a qual, recorrendo a uma consultoria externa, propõe-se desenvolver o seu trabalho com base no modelo CAF (*Common Assessment Framework*), encontrando-se, presentemente, na fase de preparação dos questionários a aplicar à comunidade. Regista-se como aspeto positivo a constituição de uma equipa alargada, bem como a presença de elementos já com alguma experiência e conhecimento das dinâmicas do Agrupamento. No entanto, o estado embrionário do processo de autoavaliação não permite ainda qualquer repercussão no planeamento, na organização ou nas práticas dos profissionais. Deste modo, o enfoque da autoavaliação nas áreas da prestação do serviço educativo constitui-se como um desafio para que o seu impacto se faça sentir de forma efetiva na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos.

Não houve, assim, evolução significativa relativamente às avaliações externas anteriores, tendo em conta dois dos pontos fracos identificados nos respetivos relatórios – “A falta de mecanismos de monitorização do cumprimento dos objetivos traçados limita a capacidade de autorregulação e melhoria do Agrupamento” e “Inexistência de mecanismos de autoavaliação que permitam conhecer os pontos fortes e fracos do seu funcionamento e, conseqüentemente, conceber planos de ação de melhoria”.

Em conclusão, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- A diversificação da oferta formativa de acordo com os interesses e as necessidades da comunidade escolar, o que tem contribuído para a fixação de alunos no concelho;
- O papel relevante das bibliotecas, enquanto recurso para o trabalho letivo através da dinamização de iniciativas transversais a todos os níveis de educação e ensino;
- As estratégias implementadas no âmbito da prevenção da desistência e do abandono escolar, que se têm revelado eficazes;
- O estabelecimento de parcerias com a comunidade, em particular com a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, com impacto na projeção da imagem do Agrupamento;
- As relações interpessoais positivas e a promoção de iniciativas mobilizadoras da comunidade, o que contribui para a existência de um bom ambiente de trabalho e para o incremento da identificação com o Agrupamento.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Identificação objetiva das causas explicativas do sucesso e do insucesso dos alunos, com vista à definição de planos de ação eficazes, que garantam a monitorização sistemática e consistente das medidas implementadas;

- Definição de uma estratégia concertada de melhoria dos comportamentos e de responsabilização dos alunos, com impactos na criação de ambientes propícios às aprendizagens e no sucesso escolar;
- Gestão articulada do currículo, horizontal e vertical, promovendo a interdisciplinaridade e a sequencialidade, de forma a garantir a qualidade das aprendizagens;
- Generalização das práticas de diferenciação pedagógica e da rendibilização dos recursos físicos e materiais, potenciando a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem;
- Intensificação da avaliação formativa, que potencie a regulação do processo de ensino e de aprendizagem e contribua para uma efetiva monitorização do currículo e das práticas letivas;
- Incremento da responsabilização das lideranças intermédias através da implementação de processos sistemáticos de auto e hetero regulação do trabalho desenvolvido e das suas repercussões na melhoria do serviço educativo prestado;
- Conceção e desenvolvimento de um processo de autoavaliação centrado nas áreas da prestação do serviço educativo com impactos efetivos na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos.

09-04-2015

A Equipa de Avaliação Externa: Carla Bernardes, Jorge Ribeiro e Marisa Janino Nunes

Concordo. À consideração do Senhor
Secretário de Estado do Ensino e da
Administração Escolar, para homologação.
O Inspetor-Geral da Educação e Ciência

Homologo.
O Secretário de Estado do Ensino e da
Administração Escolar